

Município poderá fiscalizar ITR

Luiz Augusto Germani*

O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR é um tributo de competência da União, conforme estabelecido no Artigo 153, Inciso VI da Constituição Federal; isto significa que: só a União pode legislar sobre o ITR.

Até o Exercício de 1993, o tributo era cobrado pela União Federal, com fiscalização e lançamentos administrativos providenciados pelo INCRA.

A partir de 1994, com a promulgação da lei 8847/94, a União Federal, com o intuito de tornar o ITR mais relevante, em termos de volume de arrecadação para os cofres públicos, transferiu à Receita Federal a incumbência de fiscalizar, lançar e cobrar do produtor rural o tributo.

Entretanto, a administração fiscal do tributo, que deveria ser lançado pelo próprio contribuinte, conforme estabelecido no Código Tributário Nacional - CTN, se fez de forma equivocada: a Receita Federal passou a lançar de ofício, em valores de base de cálculo fixados por ela própria.

A correção veio a partir do Exercício de 1997, quando a cobrança do ITR passou a ser regulada pela Lei 9.393/96. O contribuinte faria a declaração do imposto e a Receita Federal homologaria ou desmereceria o seu lançamento.

Mas a Receita Federal cometia erros materiais, como nos dois exemplos abaixo:

a) Inúmeros lançamentos complementares de ofício, em Autos de Infração, foram promovidos, sob alegada falta de entrega do Ato Declaratório Ambiental - ADA ao IBAMA. Isso acarretou a tributação de áreas de reserva legal e de preservação permanente, que, legalmente, são isentas de tributação;

b) Muitas áreas de reserva legal, apesar de até estarem declaradas em ADA,

também foram tributadas, de forma equivocada, sob a alegação de serem mais extensas do que as áreas mínimas estabelecidas pela Lei Florestal, sem notar que o Código Florestal trata de dimensão mínima, e não máxima. Um imóvel rural pode ter uma reserva legal acima da área mínima e isentá-la na totalidade de sua área, no momento de tributar o imóvel.

Enfim, a Receita Federal, sem estar apta a conferir os dados informados nas declarações do ITR, cometeu erros pela sua falta de condições de fiscalizar cada um dos imóveis rurais do País.

Em 2003, a Emenda Constitucional nº 42 inseriu o Parágrafo 4º, Inciso III, no Artigo 153 da Constituição, a permissão para os Municípios fiscalizarem e cobrarem o imposto, desde que isso não implique em redução de seu valor ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

De acordo com a Lei 9.393/96, que rege o tributo, a Lei 11.250, publicada em 28 de Dezembro de 2005, estabelece que a União, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, poderá:

- Celebrar convênios com o Distrito Federal e com os Municípios, para a delegação das atribuições de fiscalização;
- Lançar os créditos tributários;
- Cobrar o ITR, sem prejuízo da competência supletiva da Secretaria da Receita Federal.

Aí, surgem sérias dúvidas legais, pois a Lei 9393/96 estabelece que: 1) "o contribuinte ou o seu sucessor comunicará ao órgão local da Secretaria da Receita Federal (SRF), por meio do Documento de Informação e Atualização Cadastral do ITR - DIAC, as informações cadastrais correspondentes a cada imóvel, bem como qualquer alteração ocorrida, na forma estabelecida pela Secretaria

da Receita Federal";

2) "o contribuinte do ITR entregará, obrigatoriamente, em cada ano, o Documento de Informação e Apuração do ITR - DIAT" para a Receita Federal. Estabelece ainda que, na "falta de entrega do DIAC ou do DIAT, bem como de sub-avaliação ou prestação de informações inexatas, incorretas ou fraudulentas:

- a) a Secretaria da Receita Federal procederá à determinação e ao lançamento de ofício do imposto, considerando informações sobre preços de terras, constantes de sistema a ser por ela instituído, e os dados de área total, área tributável e grau de utilização do imóvel, apurados em procedimento de fiscalização";
- b) "competem à Secretaria da Receita Federal a administração do ITR, incluídas as atividades de arrecadação, tributação e fiscalização".

A Lei 11.250/05, por sua vez, cria possibilidades para os Municípios fiscalizarem, lançarem e cobrarem o imposto, sob convênio com a Receita Federal, mas, ao mesmo tempo, estabelece no § único de seu Artigo 1º, que "deverá ser observada a legislação federal de regência do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural".

Se, de um lado, a Lei 9.393/96 estabelece que o DIAC e o DIAT deverão ser entregues para a Receita, apurar desmerecimentos de declaração para lançar de ofício e continuar a arrecadar, tributar e fiscalizar o ITR, de outro lado, a Lei 11.250 estabelece que tais atribuições podem ser transferidas ao Município por convênio.

Fica a dúvida quanto à Receita Federal esclarecer as condições necessárias à celebração dos convênios, para evitar o conflito de leis. ■

Advogado e professor de Direito Agrário da FGV. E-mail: germani@germaninet.com.br